

Resenha

Forças Armadas e Política no Brasil

Marcello José Gomes Loureiro

Graduado pela Escola Naval, com habilitação em Administração, é mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possui o Curso de Especialização em História do Brasil da Universidade Federal Fluminense (UFF) e é bacharel e licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Entre tensões e disputas: a institucionalização das Forças Armadas no Brasil (1889-1945)

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Em meio ao turbulento contexto político-ideológico de 1963/1964, o cientista político José Murilo de Carvalho, que na ocasião militava na União Nacional dos Estudantes (UNE), afirma ter se frustrado diante dos acontecimentos resultantes do movimento civil-militar de 1964. Primeiro, ao contrário do que esperava o autor, não houve resistência das esquerdas: sua organização rapidamente se esvaziou em face da nova ordem; em segundo lugar, depois de efetivada a intervenção, os militares se fixaram no poder, o que surpreendeu expectativas de diversos observadores.

Basicamente, foram esses dois fatos que despertaram no consagrado autor, professor-visitante da Escola de Guerra Naval, o interesse pelo estudo das relações entre os militares e a República. Confiante de que o tema ainda se faz pertinente, publicou em 2005 um livro intitulado *Forças Armadas e Política no Brasil*, que reúne alguns dos seus artigos e ensaios acerca do assunto.

Nesta obra, estabelecendo como principais agentes de interlocução Nelson Werneck Sodré, Maria Cecília Forjaz, José Augusto Drummond, Boris Fausto e Celso Castro, José Murilo mantém um diálogo crítico com a "teoria das elites", tributária originalmente de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, para explicar a relação dos militares com civis.

A coletânea parte da premissa teórico-metodológica de que as Forças Armadas, assim como a Igreja Católica, por exemplo, são instituições totais, na medida em que criam um código de sociabilidade particular, que molda as estruturas mentais de seus integrantes. Conforme argumentação construída pelo autor, no momento em que um indivíduo ingressa em suas fileiras, ele é ressocializado, porque internaliza os valores peculiares que constituem a cultura militar. Desse modo, estudar o comportamento político das Forças Armadas de modo mecanicista, a exemplo de se imaginar que os militares agem em nome da burguesia ou de setores médios da sociedade, conforme propôs Sodré e outros, implica reduzir a

complexidade do processo de formação do imaginário militar, bem como limitar a pesquisa histórica.

Seja por meio da estatística, seja por meio de quadros comparativos, o professor José Murilo apresenta durante toda a obra inúmeros parâmetros referenciais com a finalidade de examinar o panorama da situação dos militares nos distintos contextos por que passaram na história republicana. Tais parâmetros, obviamente variáveis com a temporalidade enfatizada, são sobretudo atinentes aos efetivos das três instituições militares, à origem social de oficiais e praças, aos critérios de promoção, à participação de militares em cargos públicos, ao aumento dos salários e ao percentual dos gastos militares no orçamento.

Ele mostra que durante a República Velha o propósito central das Forças Armadas era se transformarem, de fato, em instituições nacionais. Para tanto, o passo decisivo foi modificar as formas de ingresso na vida militar, uma vez que existia no meio civil imensa aversão a ela.

Tal problemática somente pôde ser amenizada com a instituição da lei do sorteio militar, em 1918. A partir de então, integrantes de diversas classes sociais circularam pelas duas Forças, melhorando gradativamente seu nível social.

Além das mudanças vinculadas à seleção do pessoal, contribuíram para o fortalecimento do Exército não apenas a rearticulação da disposição de seus contingentes no território brasileiro, mas também o fim da Guarda Nacional.

Do ponto de vista ideológico, ainda durante a República Velha, foram tecidas três possibilidades de intervenção (e justificação) que definiam o caráter e o sentido das organizações militares. A primeira delas é a ideologia do "soldado-cidadão". Defendida pelos positivistas, essa ideologia intervencionista pregava que o militar, antes de soldado, era um cidadão brasileiro, dotado de autonomia e poder decisório para intervir na política todas as vezes que o desenvolvimen-

to nacional pudesse estar comprometido. Tal ideologia respaldou a ação dos oficiais subalternos nos movimentos tenentistas. Para os interesses institucionais do Exército, ela promovia, na prática, uma profunda contradição: na medida em que o impulso reformista era proveniente principalmente dos tenentes, ele gerava fragmentação interna. Havia subsequente enfraquecimento institucional, com a quebra de hierarquia e descontrole do alto comando, que nem sempre compartilhava da mesma opinião dos segmentos subordinados.

Em nítida contrapartida a esse posicionamento, havia outro grupo de militares que defendia a ideologia do "soldado-profissional". Postulando que o militar deveria se especializar estritamente em assuntos bélicos. Essa corrente foi largamente influenciada pelo intercâmbio que ocorreu entre o Exército Brasileiro e o alemão – ocasião em que nasceram os chamados "jovens turcos" – e entre o brasileiro e o francês, com a vinda da Missão Francesa. O principal defensor da ideologia do "soldado-profissional" era Bertoldo Klinger*.

As circunstâncias políticas e a necessidade do Exército de comandar seus membros, no entanto, fizeram com que se desenvolvesse uma terceira ideologia, a do "soldado-corporação". Raciocinando por esta via, defendia-se a intervenção militar disciplinada, orientada, de modo que todos executassem as decisões do alto comando. O propósito era anular, assim, as tensões internas, bem como as ações de grupos autônomos. Acabava-se com a política *no* Exército para se praticar a política *do* Exército.

Perceba-se como o aporte teórico utilizado pelo autor para sustentar sua categorização acerca das "ideologias de intervenção" é notoriamente o weberiano, explicitado na formulação analítica de tipos ideais.

Em que pese tenha obtido crescimento do efetivo, melhor distribuição de meios, profissionalização de seus membros e centralização do processo decisório durante a República Velha, o Exército enfrentou sérios problemas após a "Revolução" de 1930 para consolidar a ideologia da intervenção controlada. Isso porque não havia consenso entre a Marinha e o Exército nesse momento: se a primeira praticamente ignorou a "Revolução", o segundo, ao contrário, ocupava o centro do seu poder.

Conforme salienta o autor, havia divisões ideológicas entre praças e oficiais e entre esses últimos em torno da validade ou não das intervenções realizadas pelo Exército na política. Os oficiais dividiam-se, de um lado, em neutralistas, defensores da formação de um "soldado-profissional"; e reformistas, de outro, aqueles que eram defensores da ideologia do "soldado-corporação". Uma vertente mais radical era a que defendia a aproximação do Exército com o movimento comunista: pensava em um exército popular, instrumento da luta de classes, como os exércitos das Revoluções Russa e Chinesa. Influenciados pela adesão em 1931 do ex-capitão Luís Carlos Prestes, que chamou os oficiais de "lacaio da burguesia", logo perceberam que uma aliança com operários e camponeses era inviável, já que tais segmentos tinham uma tradição anarquista e não tolerariam por isso o militarismo.

* NOTA DO EDITOR: Bertoldo Klinger, filho de alemães, nasceu em 1º de janeiro de 1884 na cidade de Rio Grande (RS). Em 1910, no posto de primeiro-tenente, foi designado pelo governo brasileiro para estagiar no Regimento de Artilharia de Campanha do Holstein nº 24, do Exército alemão. Ao voltar ao Brasil, participou, junto com outros militares que haviam realizado estágio no exterior, da fundação da revista *A Defesa Nacional*, especializada em assuntos militares. Por se mostrarem fortemente influenciados pela doutrina militar alemã, os incentivadores da revista receberam de seus adversários o apelido de "jovens turcos", uma referência aos oficiais que, após terem tido contato com o Exército germânico, voltaram à Turquia para promover reformas políticas e militares. Ocupou o posto de redator chefe da revista e, em suas páginas, criticaria, anos mais tarde, a indicação de civis para os ministérios militares no governo de Epitácio Pessoa. A influência alemã fez também com que se opusesse à Missão Francesa contratada para reformular o Exército Brasileiro no mesmo período. Em 1924, foi preso sob acusação de colaborar com a revolta tenentista deflagrada em São Paulo. Em maio de 1931, ascendeu ao generalato e juntou-se ao grupo dirigente paulista que preparava uma insurreição para depor Vargas. Exerceu a chefia militar no episódio que passou à História como a Revolução Constitucionalista de 1932. Mais tarde, propôs o armistício ao Governo Federal, foi preso e seguiu para o exílio em Portugal. Em 1934, já anistiado, retornou ao Brasil, mas só foi readmitido ao Exército em 1947, passando, em seguida, para a reserva. Em 1964, participou da revolução que levou ao período do regime militar. Bertoldo Klinger faleceu em 1969 na cidade do Rio de Janeiro (Fonte: Exército Brasileiro).

Ademais, conforme premissa do autor, os militares estavam sensivelmente fechados em si mesmos.

Com o intuito de pôr fim à desorganização disciplinar, grupos conservadores do próprio Exército tomaram medidas que reformularam a instituição, e, de certo modo, fechavam-na mais à sociedade. Por exemplo, a seleção de praças se tornou mais rigorosa, observando-se mesmo a orientação política dos voluntários e de seus familiares. O ensino também passou por modificações: foi introduzida a cadeira de sociologia na Escola Militar, economia social nas escolas de sargentos. Nesse sentido, ainda foi implementada uma legislação que afastava os militares das questões político-partidárias. O General Góes Monteiro defendeu, inclusive, que ocorresse a proibição total do voto aos militares em 1933; não conseguiu, porém, fazer aprovar seu projeto nessa oportunidade, mas tal proibição foi efetivada em 1937 com a "polaca"***.

Desse modo, no período de 1930-1937, com a experimentação de todo esse programa de reformas internas, estava reduzida a vertente da ideologia que apoiava o "soldado-cidadão". Vargas contribuiu para a transformação dos militares em atores políticos, cuja intervenção é institucionalmente organizada, fazendo deles um pilar de sua sustentação, até mesmo um contrapeso às forças oligárquicas. Ele estruturou Forças Armadas que assegurassem seu governo, mas não tão fortes que o ameaçassem: Vargas fortalecia o setor, mas controlava seus chefes.

Após 1944-1945, todavia, com a propaganda e aproximação das classes trabalhadoras por meio de seu Ministério do Trabalho, Vargas se "divorciou" definitivamente das Forças Armadas. A política trabalhista do governo criava uma incompatibilidade com os

ideais dos militares que eram antagônicos ao novo ator político do governo. Mesmo após o suicídio do presidente, em 1954, afirma o autor que as Forças Armadas permaneceram combatendo sua herança política.

A obra do professor José Murilo de Carvalho apresenta Forças Armadas que procuraram se tornar instituições nacionais. Durante o período de 1889 a 1945, privilegiado nesta resenha, três ideologias, que estavam em disputa, interferiam naquele processo. Seu esforço de institucionalização, racionalização, homogeneização de procedimentos, condicionado por distintas forças, não ocorreu, portanto, sem tensões ou disputas.

Sentimos falta, contudo, de uma atenção mais dedicada em suas páginas à Marinha. No primeiro capítulo, ela é trazida à narrativa como possibilidade de comparação com o Exército: nos demais, todavia, praticamente é esquecida. O risco é que o leitor assumira que as caracterizações imputadas ao Exército, a exemplo da lógica comportamental de seus membros, também possam ser aplicadas à Marinha ou à Força Aérea, após a década de 1940. Nossa historiografia, aliás, costuma apresentar uma Marinha completamente adepta à Monarquia nos primeiros anos da República, sem se ater às suas possíveis variações político-ideológicas internas.

De todo modo, o livro instiga o leitor a conhecer melhor a sociedade militar e propõe múltiplas facetas não somente para o seu estudo, como agente político, mas para a própria reflexão crítica, em última instância, acerca das relações tecidas entre o Estado e a sociedade brasileira.

** NOTA DO EDITOR: A Constituição do Brasil promulgada a 10 de novembro de 1937.